

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO
PISEG RS

PISEG/RS

2023

CARTILHA

piseg.rs.gov.br



Esta cartilha se propõe a apresentar o funcionamento do PISEG, dados relevantes e respostas às perguntas frequentes dos contribuintes. Com ela buscamos facilitar o entendimento da sociedade sobre esse importante programa.



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**

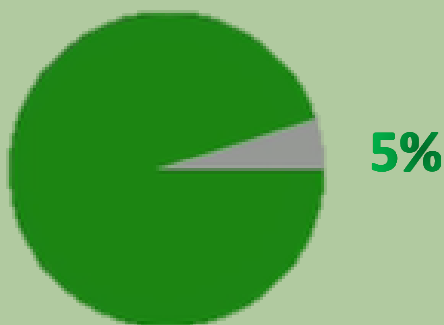


PISEG RS

PROGRAMA DE INCENTIVO AO APARELHAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Imposto revertido em mais segurança.

Parte do ICMS que a empresa paga todo mês pode ser aplicada direto em ações de combate à criminalidade através do Programa de Incentivo ao Aparelhamento da Segurança Pública. A sociedade pode contribuir na compra de viaturas, armas e equipamentos de proteção para as forças de segurança.



Para contribuir é simples. É só entrar no site do PISEG e acessar o Portal e-CAC, escolher o projeto e contribuir. O Contribuinte pode destinar **até 5% do saldo devedor mensal do imposto** para projetos da Segurança Pública.

E essa parceria também pensa no futuro. Há o repasse de **10%** sobre o valor principal aportado à título de **Fomento às Ações de Prevenção na área de educação que envolvam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.** Faça, você, parte desse movimento.



O PISEG É UM PROGRAMA PIONEIRO NO PAÍS, O QUAL POSSIBILITA À SOCIEDADE CIVIL CONTRIBUIR PARA O EFETIVO COMBATE A CRIMINALIDADE NA ESCOLHA DOS INVESTIMENTOS PARA O REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA.

Veja o balanço de arrecadação até o **ANO DE 2022** do PISEG:
(out/19 a dez/22)



Aporte
Principal



10 % de fomento às
Ações de Prevenção



177
Municípios
Beneficiados
pelo PISEG



4812
Cartas de
Habilitação



626
Empresas que
contribuíram com o
PISEG

R\$ 89,1 milhões

R\$ 81 milhões
de Aporte Principal
+

R\$ 8,1 milhões
de Fomento às
Ações de Prevenção

EXISTEM QUATRO FORMAS QUE O CONTRIBUINTE PODERÁ COMPENSAR O IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS):

- **Aporte de valor vinculado a projeto:** a empresa contribuinte acessa o sistema, escolhe previamente o Projeto e realiza o depósito. Há ainda a obrigação de aportar com valor de 10% do todo para o Fomento de Ações de Prevenção à Violência e à Criminalidade. A expedição da Carta de Habilitação é o título para a compensação de ICMS.
- **Aporte de valor sem vinculação a projeto:** a empresa contribuinte realiza o depósito do valor diretamente ao Fundo Comunitário Pró-Segurança sem a escolha de um Projeto específico, o qual será utilizado à conveniência do interesse da Segurança Pública. Há ainda a obrigação de aportar com valor de 10% do todo para o Fomento de Ações de Prevenção à Violência e à Criminalidade. A expedição da Carta de Habilitação é o título para a compensação de ICMS.
- **Aporte de Bens:** a empresa contribuinte procede na escolha do projeto e seus itens, propõe a compra do bem previsto na iniciativa de forma direta, com a posterior entrega deste objeto. A expedição da Carta de Habilitação é o título para a compensação de ICMS.
- **Aporte de Bens com Interveniante:** a empresa contribuinte propõe o credenciamento de Interveniante ou adere a projeto que já tenha um cadastrado, ou seja, é o aporte de bem vinculado a um projeto com a participação de um agente interveniente para a consecução do objeto.



EMPRESAS DE QUALQUER PORTE PODEM PARTICIPAR DO PROGRAMA, COM REPASSES CONFORME A SUA CAPACIDADE DE ARRECADAÇÃO.

Nos primeiros anos do programa, a Carta de Habilitação com o menor valor em repasse único foi de R\$ 45,08 e a Carta de Habilitação com o maior valor em repasse único foi de R\$ 1.300.000,00.

EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL **NÃO** PODEM ADERIR AO PISEG.

FUNIONAMENTO DO SISTEMA PELO CONTRIBUINTE

Etapas para Empresa Contribuinte



CABE RESSALTAR QUE EM TODOS OS CASOS, A EMPRESA CONTRIBUINTE RECEBERÁ A **CARTA DE HABILITAÇÃO**, PODENDO PROCEDER A UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO PRESUMIDO A CADA MÊS NO LIMITE DE 5% (CINCO POR CENTO) DO IMPOSTO DEVIDO.

Além disso, deverá repassar 10% (dez por cento) a título de FOMENTO ÀS AÇÕES DE PREVENÇÃO (FAP) sobre o valor gerado na CH antes de sua emissão.

O §1º do art. 14 do Decreto 54.361/18, dispõe que “A compensação do ICMS de valores prevista no “caput” deste artigo ocorrerá por meio da apropriação de crédito fiscal presumido, (...) e obedecerá ao seguinte:

I - dar-se-á somente após a expedição da Carta de Habilitação pela Secretaria da Segurança Pública; e

II - fica condicionada a que o contribuinte mantenha em seu estabelecimento, pelo prazo decadencial, os documentos comprobatórios da aplicação dos valores no aparelhamento da segurança pública estadual.”

PROJETOS

São instrumentos técnicos úteis e necessários para qualificar a ação da Segurança Pública, com seu consequente aparelhamento, a fim de alcançar as suas vinculadas melhores condições de trabalho aos efetivos policiais, perícia técnica, Superintendência dos Serviços Penitenciários e Corpo de Bombeiros Militar.

Os Projetos do PISEG/RS poderão contemplar dentre outros, a aquisição de bens e de equipamentos como **veículos, armamentos, munições, capacetes, coletes balísticos, rádios comunicadores, etc.**



Para saber mais sobre os projetos em andamento, acesse o portal do PISEG e procure por:

PROJETOS.



ENVOLVIDOS NO PROCESSO

O processo de contribuição envolve diversos agentes, saiba quem são eles:

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Instituições responsáveis pelos projetos:

Brigada Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Instituto Geral de Perícias, vinculados à Secretaria da Segurança Pública.

Superintendência dos Serviços Penitenciários, vinculada à Secretaria da Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo.

ADMINISTRADOR – SECRETARIA EXECUTIVA DO PROGRAMA

Operador da Secretaria da Segurança Pública que é responsável pela gestão do processo para a concessão do benefício às empresas contribuintes, realizando o controle, aprovação e validação da captação e prestação de contas.

EMPRESA CONTRIBUINTE

Empresa do setor privado que fornecerá recursos financeiros ou físicos para a execução de projetos da segurança pública. Recebe a Carta de Habilitação, que é o comprovante para título de compensação de ICMS.

RESPONSÁVEL LEGAL

Responsável pela empresa contribuinte. Pode acessar o sistema para realizar a adesão ao programa.

INTERVENIENTE

É um agente centralizador. Organização responsável pela aquisição de alguns itens das metas físicas dos projetos de aquisição da segurança pública. Executa e realiza o controle financeiro de seus itens dentro de um projeto.

CONTADOR DA INTERVENIENTE

Técnico responsável pela execução financeira da empresa. Pode acessar o sistema para realizar a prestação de contas.

PROPONENTES

Conselhos Comunitários Pró-Segurança Pública, Entidades sem fins lucrativos (com reconhecida participação em projetos voltados à segurança), Prefeituras e os Órgãos vinculados.



Para saber mais acesse o portal do PISEG e procure pelo “MANUAL PARA EMPRESA CONTRIBUINTE”.

INFORMAÇÕES ÚTEIS SOBRE O PISEG

A compensação via PISEG poderá ser cumulada com qualquer benefício fiscal.



É requisito para compensação, o repasse ao **Fundo Comunitário Pró Segurança de dez por cento - 10%** - do valor a ser **compensado**, a título de fomento às ações de prevenção, em conta corrente específica junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A - Banrisul, anteriormente à expedição da Carta de Habilitação.

Relativamente à hipótese de compra direta do produto pelo contribuinte e/ou entidade credenciada para consecução de determinado projeto, o Conselho Técnico somente deliberará sobre sua aprovação **depois do aceite do modelo de aquisição pelos órgãos de controle responsáveis para tanto.**

Ainda, na impossibilidade de se proceder na forma anteriormente mencionada, a aquisição de produtos controlados **somente será efetuada através do rito público**, mediante depósito no fundo comunitário, destinado a projeto específico, visando a compensação do imposto devido.



PERGUNTAS E RESPOSTAS.

O QUE É O CONSELHO TÉCNICO?

É um colegiado de caráter deliberativo, constituído, originalmente, conforme decreto nº 54361/2018, por 12 representantes (titulares e seus respectivos suplentes), sendo:

- 01 da SSP;
- 01 da Polícia Civil;
- 01 da Brigada Militar;
- 01 do Instituto-Geral de Perícias (IGP);
- 01 Corpo de Bombeiros Militar;
- 01 da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE);
- 01 representante da FECONSEPRO;
- 03 entidades sem fins lucrativos com reconhecida participação em projetos voltados à segurança pública e
- 02 representantes da FAMURS.

COMO E ONDE FUNCIONA O CONSELHO TÉCNICO?

Reúne-se por convocação do seu presidente (representante da Secretaria da Segurança Pública), prioritariamente na sede da Secretaria da Segurança Pública.



O QUE COMPETE AO CONSELHO TÉCNICO?

Ao Conselho Técnico compete propor diretrizes para o desenvolvimento de ações que visem à realização dos objetivos elencados no Decreto 54.361/18, zelar pela boa e regular aplicação dos recursos do Fundo Comunitário Pró-Segurança; requisitar informações e documentos aos órgãos, às entidades ou aos municípios que tenham recebido recursos do FUNDO; emitir parecer prévio acerca dos projetos apresentados inclusive do PISEG/RS; emitir parecer prévio sobre convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres a serem firmados com o objetivo de contribuir na elaboração, acompanhamento e execução dos projetos, avaliando a compatibilidade com as finalidades do FUNDO; emitir parecer sobre as propostas de doação de bens por meio de Termos de Intenção de Doação com isenção de ICMS; emitir parecer sobre os requerimentos à certificação das “Entidades de Colaboração com a Segurança Pública” nos termos do parágrafo único do art.8º da Lei 15.104/2018; elaborar o regimento interno do Fundo, a ser aprovado pelo Secretário da Segurança Pública.

São muito bem-vindas todas as críticas para melhorar a **Cartilha PISEG**. Agradecemos também por indicações de mais itens para a Cartilha.



Escreva para:
piseg@ssp.rs.gov.br

Quais são as exigências para entidades sem fins lucrativos (com reconhecida participação em projetos voltados à segurança) participarem do programa PISEG?

Constituição regular há pelo menos 01 ano.;

Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal na sede da Entidade;

Certidões criminais negativas dos representantes legais da Entidade.

Ademais, no ato de entrega dos documentos para análise técnica por parte do Secretário Executivo, **as entidades deverão atender aos requisitos constantes no art. 8º da Lei 15.104/18, quais sejam:**

a. Vedação a participação de servidores ativos dos órgãos vinculados à Secretaria da Segurança Pública do Estado ou de detentores de cargos eletivos na gestão da respectiva pessoa jurídica;

b. Realização de eleições para a presidência e para o corpo diretivo a cada 02 anos;

c. Divulgação anual do relatório de suas atividades bem como de sua prestação de contas;

d. Caracterização como órgão executivo composto de, pelo menos 01 diretor, 01 secretário, 01 tesoureiro; e

e. Adoção de práticas administrativas destinadas a coibir a obtenção de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Uma empresa pode aderir a mais de um projeto?

Sim, desde que obedeça ao limite mensal de 5%.

PRODUZIDO POR

Secretaria da Segurança Pública do RS

PISEG

Oo
futuro
nos
vine.